

A EPÍGRAFE LATINA COMO ELEMENTO DIDÁTICO (XX)

A singularidade do santuário rupestre de Panóias

«A terra de Panóias, famigerada na Antiguidade, apesar de ser hoje a mais opulenta de Portugal e a mais populosa e civilizada de Trás-os-Montes, padece ainda a mesma esterilidade de notícias antigas de que se lamenta toda a província. E como poderei eu, sendo um *pequeno ente* do reino literário, arrostar os obstáculos que têm detido a tantos *gigantes* da república das letras? Porém, o amor da Pátria me impele a atentar a árdua empresa de espalhar algumas luzes, ainda que escassas, sobre as densas trevas que nos têm ocultado *o que foi a Terra de Panóias*» – escrevia *um flaviense*, em opúsculo editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1836.

Pouco tempo depois – quiçá no seu número de 9 de Fevereiro de 1839 (não tenho a certeza, porquanto apenas me chegaram às mãos folhas avulsas) – o *Panorama*, «Jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis», que se publicava «todos os sábados», incluía, a p. 149-150, com ilustração da gravura do «templo dos deuses infernaes», um artigo intitulado «A antiga cidade de Panonias».

Depois de a localizar, escrevia:

«Nenhum dos antigos escriptores, ou dos modernos fallou desta cidade, senão o P^e Argote [nas *Memorias do Arcebispado de Braga*] o qual a este respeito fez todas as indagações possiveis, para com miudesa e exacção descrever os monumentos que restam dessa antiga cidade do Portugal romano. Do seu livro tirámos nós em resumo a noticia que acerca dessa antigualha vamos dar aos leitores, bem como a copia das estampas que a acompanham».

Nessa primeira parte, faz-se apenas a descrição do sítio. Num segundo artigo, publicado certamente no número seguinte (p. 156) e ilustrado com uma gravura de Fonseca Coelho, que copia a do penedo das três inscrições de Argote, justifica-se:

«A existência das fragas de que fizemos menção no artigo antecedente torna necessário que demos aqui uma breve noticia das divindades e templos

dos romanos, visto que estas fragas são effectivamente monumentos religiosos que entre nós deixou aquelle povo conquistador».

José Leite de Vasconcelos, no III volume das *Religiões da Lusitânia* (Lisboa, 1915, reimp. 1989), sobretudo nas p. 465-474, refere-se em pormenor ao «recinto sagrado de Panóias» e termina afirmando:

«Para a solenidade dos cultos contribuía não pouco a solidão poética e a natureza do lugar».

As instruções

Conjunto de rochedos, hoje aparentemente e à primeira vista sem qualquer préstimo, o santuário de Panóias, sito na freguesia de Vale de Nogueiras, concelho de Vila Real, deteve, no seu tempo, lugar cimeiro no âmbito dos cultos ancestrais, inclusive a nível mundial, pois poucos haverá onde se assinala todo o percurso que o fiel deverá fazer para se iniciar. E há inscrições no dorso das penedias a explicitar os passos desse ritual. Tudo obra de um legado imperial – ou de um ‘missionário’ talvez – senador ilustre, nos primórdios do século III da nossa era: Gaio Calpúrnio Rufino.

Todas elas já foram publicadas mais do que uma vez¹ e é natural que os epigrafistas e os historiadores a elas voltem amiúde, por dois motivos: dado o seu carácter específico de didascália sacrificial e devido aos efeitos deletérios da exposição às intempéries, que fizeram desaparecer parte dos letreiros.

De todos vamos escolher o que está mais legível, para comentário:

¹ Da extensa lista de referências bibliográficas, recolho apenas a mais recente, que às outras, aliás, faz referência: Géza ALFÖLDY, «Panóias. O Santuário Rupestre», in RIBEIRO (José Cardim), *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 211-214. Há pouco tempo, um arquitecto que colaborou na reabilitação do sítio, deixou seduzir-se pela sua magia e legou-nos álbum de desenhos, que representa, de certo modo, mais um exemplo de como o lugar é... mágico: Alberto de Souza OLIVEIRA, *Panóias*. IPPAR, Vila Real, Setembro de 2005. «Dos 20 desenhos a preto e branco que constituem este seu álbum desprende-se, na verdade, o encantamento que a todos envolve ali» – tive já ocasião de escrever.



DIIS · DEABVSQVE · AE
 TERNVM LACVM OMNI
 BVS · QVE NVMINIBVS ·
 ET · LAPITEARVM CVM
 HOC · TEMPLO SACRAVIT
 G(aius) C(?) · CALP(urnius) · RVFINVS V(ir) C(larissimus)
 IN QVO HOSTIAE VOTO
 CREMANTVR

Aos deuses e às deusas e a todos os númenes e dos Lapíteas consagrou Gaio C. Calpúrnio Rufino, varão claríssimo, um lago eterno com este templo, onde, por voto, as vítimas são cremadas.

Este será, de resto, um dos textos mais significativos de todo o conjunto:

- identifica o dedicante como senador e é por isso que, devido a esse título de *vir clarissimus* (que habitualmente só surge nas epígrafes a partir do século III) e ao facto de ostentar, aparentemente, dois gentilícios (o C poderá ser a sigla de *Cornelius*, *Caecilius* ou outro), se têm apontado os primórdios desse século como provável data de adaptação do sítio a lugar sagrado;
- «lacum» significa a concavidade, a bacia cavada na rocha, adaptada para receber as vítimas que iam ser cremadas;
- e as vítimas são *hostiae*, com este significado bem preciso de terem como função acalmar a ira dos deuses – palavra que há-de ser posta em confronto com a palavra que dela directamente deriva, «hóstia», usada na liturgia católica;

– chama-se-lhe «eterno» não só porque se constrói para a eternidade mas também – e, quiçá, principalmente! – porque se pretende que sejam eternos os efeitos do sacrifício realizado;

– tudo é feito, como vem expresso na quase totalidade das inscrições votivas, em consequência de um voto ou promessa.

Que deuses?

Discutir-se-á ainda muito em torno da palavra *Lapitearum*. Trata-se, seguramente, do genitivo plural de um nominativo que não poderá ser outro senão *Lapiteae*. Dependendo de *numina*, incluir-se-á, naturalmente, na categoria dos etnónimos. Haveria, pois, ali, um povo designado Lapíteas.

Quando, em 1970, defendi a minha tese de licenciatura², incluí esta inscrição no elenco das divindades indígenas, não sem uma certa ‘hesitação’:

«Poder-se-ão considerar os Lapíteas povos indígenas? Em caso afirmativo, os seus *numina* têm, aqui, o seu lugar reservado; senão, teremos de excluí-los. Ora acontece precisamente que os Lapíteas se podem filiar – com muita probabilidade – nos *Lapithae* da Tessália; seriam, portanto, não autóctones ou, pelo menos, não pertencentes a um estrato étnico suficientemente recuado para os considerarmos indígenas. De resto, tal hipótese encontra apoio no facto de haver, na mesma «cidade» de Panóias uma inscrição em grego» (p. 252-253).

Acentue-se, por outro lado, a preocupação: deuses e deusas, todos, inclusive os dos Lapíteas!... Nenhum se pode deixar de parte! É a preocupação dos Romanos, como também o era a dos Gregos quando, como refere S. Paulo, lavraram inscrição *ignoto deo*³. E voltamos à questão do sexo dos deuses, que não existe: cada qual encara a divindade no lado feminino ou masculino, como quisier⁴. Não que haja deuses masculinos ou deuses femininos: cada númen assume-se (ou assumem-no os fiéis) feminino ou masculino: daí se invocarem *dii deaque*...

² Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo), Imprensa Nacional, Lisboa, 1975, p. 250-253.

³ «Atenienses, vejo que sois, em tudo, os mais religiosos dos homens. Percorrendo a vossa cidade e examinando os vossos monumentos sagrados, até encontrei um altar com esta inscrição: Ao Deus desconhecido. Pois bem! O que venerais sem conhecer é que eu vos anuncio» (Actos dos Apóstolos, 17, 22-23).

⁴ José d'ENCARNAÇÃO, «O sexo dos deuses romanos», Scripta Antiqua, Valladolid, 2002, p. 517-525.

Mais uma vez, contextualizando-o, um texto epigráfico nos pode servir de excelente meio de aprendizagem da expressão em Latim, por todas as implicações que detém e que urge consciencializar.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO